



Sol de Brotas 1 S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sol de Brotas 1 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sol de Brotas 1 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Sol de Brotas 1 S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 26 de maio de 2026

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Leandro Sidney Camilo da Costa'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Sol de Brotas 1 S.A.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024	Passivo	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.911	12.724	Fornecedores	11	1.942	3.491
Contas a receber	8	957	—	Financiamentos	14	5.725	732
Partes relacionadas	13	214	419	Partes relacionadas	13	119	3.205
Tributos a recuperar		42	42	Tributos a recolher	15	292	54
Total do ativo circulante		9.124	13.185	Imposto de renda e contribuição social		48	8
Não circulante				Dividendos a pagar	16.3	521	—
Aplicação financeira restrita	9	1.676	1.243	Outros passivos		103	—
Imobilizado	10	130.805	91.100	Total do passivo circulante		8.750	7.490
Total do ativo não circulante		132.481	92.343	Não circulante			
				Financiamentos	14	46.274	39.723
				Total do passivo não circulante		46.274	39.723
				Total do passivo		55.024	47.213
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16	86.269	59.675
				Lucros e (prejuízos) acumulados	16	312	(1.360)
				Total do patrimônio líquido		86.581	58.315
Total do ativo		141.605	105.528	Total do Passivo e Patrimônio líquido		141.605	105.528

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol de Brotas 1 S.A.

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional líquida	17	2.264	—
Custos			
Custo do fornecimento de energia elétrica	18.1	(22)	(395)
Lucro (Prejuízo) bruto		2.242	(395)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	18.2	(70)	(1.429)
		(70)	(1.429)
Lucro (Prejuízo) operacional		2.172	(1.824)
Receitas financeiras	19	362	985
Despesas financeiras	19	(164)	(162)
Resultado financeiro líquido		198	823
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		2.370	(1.001)
Imposto de renda e contribuição social	12	(177)	(318)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		2.193	(1.319)
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações (R\$)	21	0,0333	(0,0923)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol de Brotas 1 S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		2.193	(1.319)
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos:		—	—
Total do resultado abrangente do exercício		2.193	(1.319)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol de Brotas 1 S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros e prejuízos acumulados	Total de Patrimônio Líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido e AFAC
			Reserva Legal	Reserva de lucros				
Saldo em 01 de janeiro de 2024		20	—	—	(41)	(21)	21	—
Prejuízo do exercício	16.3	—	—	—	(1.319)	(1.319)	—	(1.319)
Aumento de capital		56.130	—	—	—	56.130	—	56.130
Adiantamento para futuro aumento de capital		—	—	—	—	—	3.504	3.504
Saldo em 31 de dezembro de 2024		56.150	—	—	(1.360)	54.790	3.525	58.315
Aumento de capital		27.785	—	—	—	27.785	(27.785)	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.4	—	—	—	—	—	26.594	26.594
Lucro líquido do exercício		—	—	—	2.193	2.193	—	2.193
Constituição de reserva legal	16.2.1	—	110	—	(110)	—	—	—
Destinação de dividendos obrigatórios	16.3	—	—	—	(521)	(521)	—	(521)
Constituição de reserva de retenção de lucros	16.2	—	—	202	(202)	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		83.935	110	202	—	84.247	2.334	86.581

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol de Brotas 1 S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - MBRL)

	Nota explicativa	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.370	(1.001)
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:			
Rendimento sobre aplicação financeira restrita	9	(179)	(32)
Encargos Financeiros de Empréstimos e Financiamentos	14	(248)	—
Total ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:		(427)	(32)
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		(957)	—
Fornecedores		(1.446)	3.488
Contas a pagar para partes relacionadas		(2.881)	3.205
Tributos a recolher		239	54
Tributos a recuperar		—	(42)
Total das variações nos ativos e passivos:		(5.046)	6.286
Imposto de renda e contribuição social pagos		(137)	(310)
Pagamentos realizados para financiamentos (Valor dos juros)	14	(964)	(201)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(4.204)	4.742
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação financeira a longo prazo	9	(254)	(1.211)
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	10	(35.252)	(90.129)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(35.506)	(91.340)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social e/ou AFAC	16.4	26.594	59.634
Captação de empréstimos e financiamentos	14	8.303	39.685
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		34.897	99.319
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(4.813)	12.721
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	12.724	3
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	7.911	12.724
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(4.813)	12.721

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sol de Brotas 1 S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Sol de Brotas 1 S.A. ("Companhia" ou "Sol de Brotas 1"), constituída em 25 de novembro de 2019, é uma sociedade anônima de capital fechado de prazo indeterminado com sede e foro na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Rodovia José Carlos Daux, 5.500, Km 5, Sala 307, 3º andar, Pavimento Jurerê A, Saco Grande, onde são realizadas apenas atividades administrativas. A Companhia possui uma filial, destinada a ser o núcleo operacional, situada no município de Uibaí, Estado da Bahia, na Fazenda Nova Olinda, s/n, Zona Rural. A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica, bem como o comércio atacadista da energia e a realização de serviços de apoio administrativo e é controlada pela Statkraft Energias Renováveis S.A. (Controladora).

Em 21 de dezembro de 2023 foi aprovado pela Administração da Companhia o Projeto Solar Híbrido, que consiste na instalação de usinas solares fotovoltaicas junto os parques eólicos de Ventos de Santa Eugênia, Morro do Cruzeiro e Brotas de Macaúbas. A localidade deste projeto é estratégica e visa a complementariedade das fontes solares e eólicas, grande parte da energia eólica é gerada no período noturno, enquanto a geração solar ocorre diurnamente, com isso é possível aproveitar ao máximo a infraestrutura de transmissão de energia elétrica.

Para viabilização dos Parques Fotovoltaicos, houve a alteração da razão social da Oslo XII para Sol de Brotas 1, bem como a mudança do objeto social e cadastro nas Prefeituras, para que a nova finalidade seja atendida. Na Sol de Brotas 1, serão instalados 54.846 módulos fotovoltaicos, com uma potência de 38 MWp e 33 MW, neste projeto serão utilizadas estruturas móveis que rastreiam o sol durante o dia, assim maximizando a geração dos módulos solares. A construção do projeto encontra-se em andamento com expectativa de conclusão no decorrer de 2026.

1.1 Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de maio de 2026.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações, as quais estão correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes da venda de energia elétrica conforme mecanismos estabelecido pela CCEE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), se aplicável.

2.5 Instrumentos Financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio do resultado abrangente. Já os passivos financeiros são classificados como: mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende dos termos contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da empresa no que tange a gestão desses instrumentos.

2.6 Custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento ou recebimento de principal e juros, ambos com base no método da taxa efetiva de juros. O reconhecimento da atualização monetária, juros e variação cambial, são aplicados sobre o valor dos ativos e passivos financeiros deduzidos de perdas ao valor recuperável (impairment), se aplicável, e são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as taxas que representam a vida útil técnica estimada para cada bem do imobilizado limitada ao período de autorização da usina.

2.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

2.9 Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

- (i) A companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança sem incluir as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira a partir do início da operação.

2.11 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11.1 Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.12 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.13 Capital Social

A Companhia possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.14 Resultado por ação

A Companhia calcula o resultado por ação utilizando a média ponderada de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, não há diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído por ação.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela. A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização. O reconhecimento é realizado conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia for efetivamente entregue.

2.16 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

◦ Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da referida norma não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

- IFRS 18 (substituirá o CPC 26 (R1)) - Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis: o novo pronunciamento introduz novos conceitos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Como principais alterações podemos destacar: i) estrutura da demonstração do resultado; ii) divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração em uma única nota explicativa das demonstrações financeiras; iii) Orientações aprimoradas dos princípios de agregação e abertura de informações que se aplicam as demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2027, sendo sua aplicação retrospectiva abrangendo, portanto, as informações comparativas.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão com relação à estrutura da demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais em notas explicativas, incluindo análise das agregações e aberturas das informações financeiras exigidas para administração.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Reforma tributária sobre o consumo e efeitos do Pilar 2

A Reforma Tributária promulgada conforme Emenda Constitucional nº 32 promove um modelo que prevê alterações na apuração e reconhecimento contábil dos impostos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Será implementado um período de transição de 2026 a 2032 onde o antigo e o novo sistemas tributários coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando se der a finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária sobre o reconhecimento contábil dos referidos impostos acima nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente são escopo de análise, os efeitos da reforma tributária internacional sobre as regras do modelo Pilar Dois e seus impactos sobre a tributação mínima efetiva sobre os lucros gerados. Por intermédio da Lei 15.079, de 27 de dezembro de 2024, foi instituído um adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para empresas que fazem parte de grupos multinacionais, como parte da adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Regras GloBE), com o objetivo de garantir que haja tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados por essas empresas, alinhando-se às regras do modelo do Pilar Dois da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e garantindo-se que os tributos seja recolhidos na jurisdição onde os lucros foram gerados.

A Companhia avaliou os referidos impactos a fim de verificar se possui uma taxa efetiva Global de imposto superior a 15% e aplicou a exceção ao reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois, conforme previsto nas alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, emitidas em maio de 2024, e, por isso, não há qualquer impacto da legislação do Pilar Dois no cálculo dos tributos sobre o lucro diferidos no exercício de 2025.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Quando aplicável, com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Não há estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para serem divulgadas.

3.1 Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas fotovoltaicas utilizando a vida útil técnica limitada ao período de autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, a companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

3.2 Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. A Companhia realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível”.

A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

3.3 Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento de assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

4 Política de gestão de riscos financeiros

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada	Mensuração
Risco de mercado - taxa de juros	Ativos e passivos financeiros	Análise de sensibilidade	Análise taxa de juros disponíveis no mercado
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes	Análise de vencimento e Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings Orientação de investimento em instrumentos de dívida Linhas de crédito disponíveis
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Provisões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

4.1.1 Risco de mercado

4.1.1.1 Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

4.1.1.2 Análise de sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade (fator de risco para mudança na taxa de juros) dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem. Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

	31.12.2025	31.12.2024	(50)%	(25)%	Cenário provável	25 %	50 %
Fator de risco CDI							
Aplicações financeiras restritas	1.676	1.243	(125)	(62)	250	62	125
Impacto líquido CDI	1.676	1.243	(125)	(62)	250	62	125
Taxas consideradas (%) a.a.	14,90%	12,15%	(7,45)%	(3,73)%	14,90 %	3,73 %	7,45 %
Fator de risco IPCA							
Financiamentos	51.999	40.455	(1.118)	(559)	2.236	559	1.118
Impacto líquido IPCA	51.999	40.455	(1.118)	(559)	2.236	559	1.118
Taxas consideradas(%) a.a.	4,30%	4,83%	(2,15)%	(1,08)%	4,30 %	1,08 %	2,15 %

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado na tabela anterior e assumindo que eles se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados. Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras do exercício por conta de variações nos cenários econômicos. O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus, na data de 31 de dezembro de 2025, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para o exercício de 31 de dezembro de 2025.

4.1.1.3 Risco com taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real (R\$) em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos ou passivos existentes denominados em moeda estrangeira referem-se exclusivamente a transações com partes relacionadas, não existindo, assim, exposição representativa a esse risco.

4.1.1.4 Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusula contratual restritiva, presente no contrato de financiamento a qual, em geral, requer a manutenção das condições precedentes previstas em contrato. A Administração monitora regularmente estas condições precedentes, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

4.1.1.5 Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com ela, principalmente em relação ao contas a receber. A Companhia tem como medida mitigatória a análise de crédito de suas contrapartes e, em caso de inadimplência, acompanhamento com diversas áreas da Companhia com a finalidade de evitar qualquer perda financeira nas operações em questão.

A análise das contrapartes com as quais a Companhia mantém suas transações não apontam riscos significativos e a administração entende que o risco de crédito está mitigado para o referido exercício.

4.1.2 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, os seus acionistas poderão prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

Sol de Brotas 1 S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5 Instrumentos financeiros

5.1 Instrumentos financeiros por categoria

	31.12.2025	31.12.2024
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	7.911	12.724
Aplicação financeira restrita	1.676	1.243
	9.587	13.967
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	1.942	3.491
Financiamentos	51.999	40.455
Partes relacionadas	119	3.205
	54.060	47.151

6 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para reduzir esse custo.

A relação dívida líquida / patrimônio líquido pode ser assim demonstrada:

	31.12.2025	31.12.2024
Total dos financiamentos	51.999	40.455
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(7.911)	(12.724)
(-) Aplicação financeira restrita	(1.676)	(1.243)
Dívida líquida (Excedente de caixa)	42.412	26.488
Patrimônio líquido	86.581	58.315
Índice de alavancagem financeira - %	48,99 %	45,42 %

7 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata.

	31.12.2025	31.12.2024
Contas bancárias em moeda funcional	7.911	35
Aplicações financeiras com liquidez imediata	—	12.689
	7.911	12.724

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDBs com rentabilidade média de 99,00% referenciada em CDI (97% do CDI em 31 de dezembro de 2024), emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer riscos de alterações significativas em seus valores.

Sol de Brotas 1 S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8 Contas a receber

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo de mercado de curto prazo	957	—
	957	—
Apresentados como:		
Ativo circulante	957	—

9 Aplicação financeira restrita

Por força do contrato de financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) para o custeio das obras, a Companhia deve manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, que visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o banco. As aplicações financeiras restritas são constituídas de forma prévia sobre o valor desembolsado até o referido período e limitado a um valor fixo determinado e mantido por todo o prazo do financiamento. A rentabilidade está referenciada no CDI.

As movimentações das aplicações financeiras restritas podem ser assim demonstradas:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo Inicial do exercício	1.243	—
Aplicações	254	1.211
Rendimentos líquidos de impostos	179	32
Saldo final do exercício	1.676	1.243

10 Imobilizado

O grupo de imobilizado é representado pelo valor total de R\$ 130.805 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 91.100 em 31 de dezembro de 2024) onde sua composição compreende adições de imobilizado em andamento no montante de R\$ 39.705 (R\$ 90.129 em 31 de dezembro de 2024) no qual além das aquisições de bens e serviços necessários para a fase de construção da usina, considera também os juros sobre financiamentos capitalizados no montante de R\$ 4.453 (R\$ 971 em 31 de dezembro de 2024).

Não foram identificados indicativos de perda nos testes realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

11 Fornecedores

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores de materiais e serviços	1.942	3.491
	1.942	3.491
Apresentados como:		
Passivo circulante	1.942	3.491

Fornecedores de materiais e serviços: saldos a pagar referentes a aquisição de bens e serviços necessários para execução das atividades operacionais e administrativas da Companhia.

12 Imposto de renda e contribuição social

Para fins de apuração a companhia optou pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável. A apuração de IRPJ e CSLL pode ser assim apresentada:

Sol de Brotas 1 S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Imposto de Renda		Contribuicao Social	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo presumido	1.381	—	1.381	—
Presunção do lucro tributável - %	8 %	8 %	12 %	12 %
Base de lucro presumido para tributação	110	—	166	—
Outras receitas (despesas)	361	985	361	985
Base de Cálculo	471	985	527	985
Alíquotas aplicáveis - %	25 %	25 %	9 %	9 %
Total	(118)	(246)	(47)	(89)
Outros efeitos em tributos	3	—	(15)	—
Dedução adicional IRPJ	—	17	—	—
IRPJ e CSLL no resultado	(115)	(229)	(62)	(89)

13 Partes relacionadas

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre a Companhia, sua controladora e demais empresas do mesmo grupo econômico. As transações de compra e venda de energia são baseadas em termos e condições vigentes e disponíveis para terceiros. Os serviços prestados e tomados são transacionados com base em acordos contratuais entre as partes e seguem condições comerciais normais que, eventualmente, podem representar uma variação de preços e condições em relação ao mercado.

Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

		31.12.2025	31.12.2024
Ativo Circulante			
Clientes			
Sol de Brotas 2 S.A.	(i)	214	419
		214	419
Passivo circulante			
Fornecedores			
Morro do Cruzeiro I S.A.	(i)	—	334
Statkraft Development Spain S.L	(i)	3	52
Statkraft AS	(i)	—	60
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia LTDA.	(i)	6	14
Oslo III S.A.	(i)	—	104
		119	3.205
		31.12.2025	31.12.2024
Despesas gerais e administrativas			
Morro do Cruzeiro I S.A.	(ii)	—	(335)
Statkraft AS	(ii)	—	(231)
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia LTDA.	(ii)	—	(14)
Oslo III S.A.	(ii)	—	(175)
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(ii)	—	(3.338)
Sol de Brotas 2 S.A.	(ii)	80	—
		80	(4.093)

Sol de Brotas 1 S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		31.12.2025	31.12.2024
Custo de O&M			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(ii)	(1)	—
		(1)	—
Total de Custos e Despesas		79	(4.093)

- (i) Saldos a receber e a pagar pelos serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção) e rateio de custos administrativos;
- (ii) Custo referente a contratação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção).

13.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

14 Financiamentos

A Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB) no montante de R\$ 59.290 e prazo de 20 anos. O financiamento prevê recebimento no sistema de desembolso conforme atingimento das condições precedentes previstas em contrato.

O contrato de financiamento não possui covenants financeiros e determina a apresentação de fiança bancária em favor do banco previamente ao desembolso a cada liberação de recursos do crédito e, depois que o empreendimento entrar em operação, prevê a possibilidade de a Companhia pleitear a baixa das fianças em substituição a outras garantias reais.

	31.12.2025	31.12.2024
Financiamento de obras	51.999	40.455
Total de financiamentos	51.999	40.455
Apresentados como:		
Passivo circulante	5.725	732
Passivo não circulante	46.274	39.723

A movimentação dos financiamentos podem ser assim demonstrados:

Saldo em 1 de janeiro de 2024	—
Pagamento juros	(201)
Captação de financiamentos	39.723
Custos e encargos a apropriar	(38)
Juros capitalizados	971
Saldo em 31 de dezembro de 2024	40.455
Pagamento juros	(964)
Captação de financiamentos	8.303
Custos e encargos a apropriar	(248)
Juros capitalizados	4.453
Saldo em 31 de dezembro de 2025	51.999

Sol de Brotas 1 S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo é apresentado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

	2027	2028	2029	2030	Após 2031	Total
Banco do Nordeste (BNB)	1.783	1.886	2.021	2.145	36.143	46.274
	1.783	1.886	2.021	2.145	36.143	46.274

15 Tributos a recolher

	31.12.2025	31.12.2024
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	41	—
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	50	368
Imposto de importação	1	56
Imposto sobre a renda retido na fonte	192	(370)
Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Serv. Público	8	—
	292	54
Apresentados como:		
Passivo circulante	292	54

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social está representado pelo montante de R\$83.935 (R\$56.150 em 31 de dezembro de 2024) e por 83.934.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cada uma (56.150.000 ações em 31 de dezembro de 2024).

No decorrer do exercício corrente, ocorreu o aumento de capital social no valor de R\$ 27.785, via aporte de sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. via conversão de adiantamento em aumento de capital social.

Sol de Brotas 1 S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16.2 Reservas de lucros

16.2.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

16.3 Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	31.12.2025	31.12.2024
Resultado líquido do exercício	2.193	(1.319)
Constituição da reserva legal	(110)	—
Base de cálculo	2.083	(1.319)
Dividendo mínimo estatutário - %	25 %	25 %
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	521	—
Total de distribuição de dividendos do exercício	521	—
Dividendos mínimos obrigatórios proposto por ação - em R\$	0,009	—
	0,009	—

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta “Dividendos a pagar” pode ser assim demonstrada:

31 de dezembro de 2024	—
Dividendos mínimos obrigatórios proposto	521
31 de dezembro de 2025	521

16.4 Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o total de R\$ 2.334 em forma de adiantamento para futuro aumento de capital da sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A.

Sol de Brotas 1 S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17 Receita líquida

	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional		
Receita de fornecimento de energia elétrica	2.349	—
Total da receita operacional bruta	2.349	—
Deduções da receita operacional	(85)	—
Receita operacional líquida	2.264	—

18 Custos e despesas**18.1 Custos**

	31.12.2025	31.12.2024
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(1)	—
Serviços tomados de partes relacionadas	(1)	—
Serviços de terceiros	(20)	—
Seguros fianças e comissões	—	(395)
	(22)	(395)

18.2 Despesas

	31.12.2025	31.12.2024
Serviços de terceiros	(38)	(1.179)
Estudos em desenvolvimento	—	(2)
Impostos e taxas	(19)	(177)
Materiais	(2)	—
Viagens e estadias	(89)	(3)
Outros	(1)	—
	(69)	(1.429)

19 Resultado financeiro

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	324	984
Variação cambial ativa	38	1
Total da receita financeira	362	985
Despesas financeiras		
IOF, multas e juros sobre tributos	(18)	(88)
Outras despesas financeiras	(92)	(67)
Variação cambial passiva	(54)	(7)
Total da despesa financeira	(164)	(162)
Receitas financeiras, líquidas	198	823

Sol de Brotas 1 S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20 Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa. A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis para fins de provisão, nem possíveis para fins de divulgação no exercício de 2025.

21 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Prejuízo(Lucro) do exercício	2.193	(1.319)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>65.929</u>	<u>14.292</u>
Lucro (Prejuízo) por ação – básico e diluído	<u>0,0333</u>	<u>(0,0923)</u>

22 Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento não envolvendo caixa, não estando, portanto, refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- a) Foi reconhecido o montante de R\$ 4.453 (R\$ 971 em 31 de dezembro de 2024) no ativo imobilizado referente a juros capitalizados sobre os financiamentos vinculados à construção da usina, com contrapartida na rubrica de financiamentos do passivo circulante.

23 Seguros

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil Geral – Obras, com coberturas determinadas por orientação de especialistas, na qual inclui como tomadora a SPE Sol de Brotas 1 S.A. e como cossegurada a SPE Sol de Brotas 2 S.A., com vigência de 28 de maio de 2024 a 15 de março de 2026.